

TEMA: “REDE DE INTERCÂMBIO: UNIVERSIDADE E LIDERANÇAS DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES NEGRA”.

FRAGOSO, Rachel¹/ORTH, Mara Rúbia Bispo²

Resumo

A temática “Rede de intercâmbio: universidade e lideranças dos povos indígenas e comunidades negra” está inserida no projeto de extensão universitária denominado “Digna-ção: um diferencial nas lideranças dos povos indígenas e comunidades negra”. Nesse trabalho objetiva-se analisar os fatores que influenciam essa rede devido ao seu caráter multidimensional e multicultural. Para tal o presente texto está organizado em três itens. No primeiro item, destaca-se uma breve contextualização da realidade social, histórica, econômica e política desses povos, bem como os índices de evasão, desemprego e acesso à educação, na perspectiva cultural. Já, no segundo item, o esforço foi no sentido de fazer uma conexão entre o papel da universidade e a rede de intercâmbio com comunidades negra e povos indígenas. No terceiro item, a idéia é a de propor alternativas para a rede de intercâmbio, ou seja, trabalhar com a possibilidade de realizar essa ligação. O material utilizado no presente estudo refere-se a textos, artigos, revistas que tratam do tema proposto segundo autores como Rossato(2002), Brandão(1993), Freire(1997), Sansone(2002).

Palavras-chave: Universidade, Intercâmbio, Diversidade Cultural.

Abstract

The theme “Interchange Network: university and leadership inside the indian nations and black communities” is inserted into the academic project of extension entitled “Digna-ção: a differential on the indian nations and black communities. On this work we aim to analyze the factor, which have some influence over this network due to its multidimensional and multicultural characteristics. In order to achieve this goal, this article is organized in three parts. In the first one we underline a brief view about the context of the political, economical, historical and social reality of those people, as well as, tender a cultural perspective, the school evasion, unemployment and education accessibility rates. In the second part we establish a connection between the role of the university and the interchange network with those nations and communities. In the third part, we have focused on suggesting alternatives to implement the interchange network, that is, we have been worked to make this possible connection. This study is based on concepts and ideas proposed by authors as Rossato(2002), Brandão(1993), Freire(1997), Sansone(2002).

Key-words: university, interchange, cultural diversity

Arriscar uma reflexão sobre “rede de intercâmbio” e sua implicação na universidade e lideranças dos povos indígenas e comunidade negra não é tarefa simples, tendo em vista que, até hoje, existe muita resistência a respeito do tema em questão devido à barreira que vêm sendo mantida.

Não é sem razão que as lideranças desses povos intensificam sua luta frente ao processo de democratização social, o qual vivemos hoje. Isso significa que há necessidade de trabalhar a

¹ Acadêmica do V Semestre do Curso de Pedagogia, Habilitação Educação Infantil – URI/Campus de Erechim, bolsista do Projeto URI-Solidária/ rachel@uri.com.br

² Pedagoga, Orientadora Educacional, Ms. em Educação, Coordenadora do Projeto “Digna-ção: um diferencial das lideranças das comunidades negra e indígena”-URI-Campus de Erechim/ rubia@uri.com.br.

teoria-prática através dos princípios de igualdade, justiça, fraternidade e solidariedade, isto é, de direitos humanos.

Sob tal consideração, propõe-se, neste texto, examinar o tema “rede de intercâmbio entre a universidade e lideranças dos povos indígenas e comunidade negra”, na Região do Alto Uruguai. Será estudada a possibilidade de criar tal rede com a intenção de fazer circular a diversidade cultural.

Este artigo tem como intuito analisar, em certa profundidade, os fatores que influenciam essa rede, devido seu caráter multidimensional e multicultural. Essa tarefa, além de difícil, certamente, não pode ser resolvida sozinha, mas sim, num trabalho conjunto, no qual todos possam fazer a educação, conforme o que aponta Rossato:

Em nossa sociedade, cada vez mais as pessoas acham difícil demonstrar um mínimo de afeto. Ao invés de comunidades e grupos, acentuam-se o individualismo e o isolamento. Cada um é um pequeno componente da máquina social em nome do desenvolvimento e do crescimento. Reforçam-se a competitividade e a inveja. Há uma devoção ao progresso material, como se a ciência e a tecnologia fossem a chave da felicidade, e esta consistisse no bem-estar material gerado pelo conhecimento. O objetivo é ter mais bens e mais conhecimentos. Perde-se o contato com a realidade mais ampla da pessoa humana.(ROSSATO,2002,p.31)

Inicialmente, procura-se explicar o(s) significado(s) do termo “rede de intercâmbio: universidade e representantes dos povos indígenas e comunidades negra”. Pontuando os fins e princípios necessários a uma rede de intercâmbio, por conseguinte, este estudo, limita-se a propor alternativas para a referida.

Para tal, organiza-se o presente texto em três itens. No primeiro item, destaca-se uma breve contextualização da realidade social, histórica, econômica e política desses povos, bem como os índices de evasão, desemprego e acesso à educação, na perspectiva cultural.

Já, no segundo item, o esforço foi no sentido de fazer uma conexão entre o papel da universidade e a rede de intercâmbio com comunidades negra e povos indígenas.

No terceiro item, a idéia é a de propor alternativas para a rede de intercâmbio, ou seja, trabalhamos com a possibilidade de realizar essa ligação.

O material utilizado no presente estudo refere-se a textos, artigos, revistas que tratam do tema proposto segundo autores como Rossato(2002), Brandão(1993), Freire(1997), Sansone(2002).

2.0- REALIDADE DAS COMUNIDADES NEGRA E POVOS INDÍGENAS

A luta por direitos iguais dentro de uma sociedade com grandes diferenças culturais e sócio-econômicas ainda é realidade da grande maioria das comunidades negra e povos indígenas em nosso país.

Os povos indígenas, no Brasil, totalizam, hoje, uma população em torno de 500 mil indivíduos, mas já formaram um grupo maior no passado: em 1500, quando dos primeiros contatos entre índios e europeus, os estudiosos estimam que a população indígena chegasse a 6 milhões de indivíduos, falando mais de 1.300 línguas. Mas, já estiveram em um número menor também: na primeira metade do século XX, teriam chegado a 200 mil indivíduos. Nos últimos anos, essa população tem crescido de forma constante e em taxas superiores às do restante da população brasileira. Mesmo assim, a população indígena representa, hoje, menos de 1% da população do país, cabendo-lhe mais de 11% do território nacional para uso exclusivo.

Nesses últimos anos, importantes e significativas mudanças ocorreram tanto na legislação quanto na política governamental em relação aos povos indígenas no Brasil. Uma das áreas em que essas mudanças mais se realizaram foi na política de educação escolar indígena. Historicamente, a introdução da escola em meio indígena serviu de instrumento de imposição de valores alheios e de negação de identidades diferenciadas, por meio de diferentes processos, como a catequização, a civilização e a integração forçada dos índios à comunhão nacional. Em anos recentes, a escola ganhou um novo sentido para os povos indígenas, tornando-se um meio de acesso a conhecimentos universais e de valorização e sistematização de saberes e conhecimentos tradicionais.

Em várias regiões do país, desenvolvem-se projetos educacionais específicos à realidade sócio-cultural e histórica dos povos indígenas, a partir de um novo paradigma educacional de respeito a interculturalidade, ao multilingüismo e a etnicidade. De algo imposto, a educação e a criação de escolas em terras indígenas passaram a ser uma demanda dos próprios povos indígenas, interessados em adquirir conhecimentos sobre o mundo de fora das aldeias e em construir novas formas de relacionamento com a sociedade brasileira e com o mundo. Relações essas, de subordinação e de dominação em que se encontravam. Desse período aos dias de hoje,

muito se avançou na reflexão e na prática da presença da escola em terras indígenas. Consensos que, hoje parecem óbvios, foram construídos com muito esforço, vencendo resistências e preconceitos, além de gerar idéias e experiências que atualmente servem de referência para a própria estruturação de uma política nacional de Educação Escolar Indígena.

Os negros, no contexto atual, hoje representam 45% da população brasileira e segundo os dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), a participação de estudantes negros entre os concluintes do ensino superior representa um quarto da registrada na 4ª série do ensino fundamental. De acordo com os números do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), dos alunos da 4ª série do ensino fundamental, 12% declararam-se negros. No ensino superior, esse índice é de apenas 3,1%. A partir desses dados, é possível constatar que os alunos negros são excluídos prematuramente da escola. Apesar da baixa representatividade na graduação, os negros têm maior participação em relação ao total de formandos na rede pública do que na particular, uma vez que representam 4,4% nas instituições estaduais, 3,7% nas federais e 2,7% nas privadas. Tal levantamento foi feito a partir do questionário socioeconômico do Exame Nacional de Cursos, o Provão.

O Brasil reconhece, em seu território, a presença de grupos étnicos diversificados, que têm direito à manutenção de suas especificidades culturais, históricas e lingüísticas.

2.1- CONCEITOS: UNIVERSIDADE, LIDERANÇAS INDÍGENAS E NEGRAS.

De uma maneira geral, podemos dizer que rede é o entrelaçamento, compartilhamento de informações, na qual procuramos estabelecer um vínculo. Mais especificamente uma ligação para formação de grupo, no qual possamos fazer uma relação. Segundo o dicionário de Silveira Bueno(1996), intercâmbio é definido como uma troca de relações entre nações, instituições. Eis o eixo principal: trocar idéias, ouvir opiniões, discutir e debater maneiras, pelas quais a universidade possa, de uma forma sutil, estabelecer uma rede de intercâmbio.

A universidade, em suma, trata de uma instituição educacional que abrange um conjunto de escolas superiores, destinadas à especialização profissional e científica, também é centro de cultura superior. Tendo em vista esta definição, ressaltamos o artigo 1ª *A missão de educar, formar e realizar pesquisas*, da Declaração Mundial sobre Educação(1999,p.17), o item d que diz

o seguinte: “contribuir para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural.”

Deve-se salientar, entretanto, que a missão e os valores essenciais da universidade são os de contribuir para o desenvolvimento sustentável e o melhoramento da sociedade. Mas, para que isso aconteça, seria necessário que as instituições atuem em parceria com as lideranças de grupos culturais, especialmente povos indígenas e comunidade negra, considerando os conhecimentos aprendidos por essas lideranças ao longo do processo. Além disso, há necessidade de compreensão sobre as formas de organização social desses grupos, que são diferenciadas de outras culturas. Isso quer dizer que a participação, o envolvimento e a abertura desses grupos passam pelo critério de decisões coletivas. Portanto, é de extrema importância que a universidade:

Reforce o papel de serviço extensivo à sociedade, especialmente as atividades voltadas para a eliminação da pobreza, intolerância, violência, analfabetismo, fome, deteriorização do meio-ambiente e enfermidades, principalmente por meio de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar para a análise dos problemas e questões levantadas. (Declaração Mundial sobre Educação Superior, 1999, p.24).

Quando se fala de igualdade, refere-se a grupos específicos como a comunidade negra, que segundo Sansone(2000), esse termo é usado para designar o grupo de ativistas, simpatizantes políticos e religiosos que se definem politicamente como “negros”. E outro grupo que seriam os povos indígenas que são grupos humanos espalhados por todo o mundo, e que são bastante diferentes entre si, como ensina o dicionário, quer dizer "originário de determinado país, região ou localidade”.

Diante do exposto, a proposição de uma rede de intercâmbio bem estruturada implica desenvolver a democratização social, pois a universidade, enquanto pesquisa, ensino e extensão, torna-se eixo de inserção das diferentes realidades históricas brasileiras, especialmente as vividas pelos povos indígenas e comunidades negra. Isso porque o processo histórico de colonização brasileira excluiu as práticas educativa-pedagógicas desses grupos sócio-culturais do processo educativo social. Emerge, portanto, ações pedagógicas que contemplem tais especificidades.

Nesse sentido, ser elo propiciador e possibilitador de ações com vista às melhores condições de vida, bem como à abertura de oportunidades aos grupos sócio-culturais indígenas e

negro significa dispor ações acadêmicas a fim de contribuir para a complementaridade, intercomplementaridade e interdisciplinaridade dos conhecimentos sociais e acadêmicos em relação aos indígenas e negros.

Por tais razões, a rede de intercâmbio a qual procuramos almejar é indispensável, devido ao elo que pretendemos formar para possibilitar a formação de professores. Hoje, é um dos principais desafios e prioridade para a consolidação de uma educação escolar indígena e negra, dirigida pelos princípios da diferença, da especificidade e, além de tudo, sobre as necessidades das comunidades.

É inconcebível pensar em diversidade cultural no sistema educacional brasileiro sem perpassar pelo intercâmbio cultural-social, didático-pedagógico, filosófico e político dos envolvidos, com vista a sua promoção e transformação social, como afirma Paulo Freire(1997):

Não é a cultura discriminada a que gera a ideologia discriminatória, mas a cultura hegemônica a que o faz. A cultura discriminada gesta a ideologia de resistência que, em função de sua experiência de luta, ora explica formas de comportamento mais ou menos pacíficos, ora rebeldes, mais ou menos indiscriminadamente violentos, ora criticamente voltados à recriação do mundo. Um ponto importante a ser sublinhado: na medida em que as relações entre essas ideologias são dialéticas, elas se interpenetram. Não se dão em estado puro e podem mudar de pessoa a pessoa. Por exemplo, posso ser homem, como sou, e nem por isso ser machista. Posso ser negro, mas, em defesa de meus interesses econômicos, contemporizar com a discriminação branca.(FREIRE,1997,p.31)

No entanto, urge compreender que a diversidade cultural também implica em atitudes, comportamentos e hábitos diferenciados nas representações sociais desses grupos. Nesses grupos, as relações humanas estão organizadas predominantemente em relações circulares, embora haja hierarquização. Isso significa que as hierarquizações desses grupos são para fins externos ao grupo, para fins interno são relações circulares. De qualquer maneira as comunicações, participação desses grupos na sociedade como um todo, acontece de forma hierárquica, isto é, de chefe (cacique de tribo) ou com outras organizações sociais, perpassando pela decisão coletiva de seu grupo.

2.2- PRINCÍPIOS A UMA REDE DE INTERCÂMBIO

Haja vista, a necessidade de se trabalhar teoria-prática, através dos princípios de igualdade, justiça, fraternidade e solidariedade, isto é, de direitos humanos, vemos que o principal desafio é poder contribuir para que o Brasil se veja como realmente é: desigual, multicultural e multirracial.

É necessário saber que a Constituição Federal manda assegurar a todos *o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, estabelecendo que o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.*

A escola, como parte pertencente ao sistema social, que, juntamente com outros grupos culturais, ONG's e movimentos sociais, deve contribuir para que as pessoas e as instituições mudem a sua visão de mundo, onde os diferentes se reconhecem e se respeitam, onde as diferenças não sejam geradoras de desigualdades sócio-culturais, onde o resultado é o enriquecimento proveniente do encontro de várias culturas existentes no mesmo território, ressaltando que a educação não se reduz somente à escolarização, como nos diz Brandão(1993):

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de usa cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas produzam e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar – às vezes a ocultar, a necessidade da existência de sua ordem.(BRANDÃO,1993,p.10-11)

No entanto, percebe-se que, na escola, devem ser trabalhados não só conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças, hábitos, enfim, tudo o que possa ser agregado para um desenvolvimento sadio, no qual todos possam aprender a conviver com as diferenças sem hierarquizá-las.

É a partir dessa questão, que percebe-se que a estrutura deixa de lado estes fatos significantes, considerando que os índices de evasão da população negra e indígena se dão porque

a estrutura educacional não trabalha a inclusão. Isso significa que temos que repensar os livros didáticos, bem como, a formação de professores, procurando trabalhar a educação desde a infância, tendo em vista a igualdade racial, cultural, estimulando os jovens e as crianças a se sentirem cidadãos, Para isso, seria necessário uma revisão na estrutura educacional.

Atualmente, o índice de analfabetismo é muito alto ente as crianças e, mais ainda, entre os adultos dessas comunidades. Nesse sentido, constata-se a necessidade da rede de intercâmbio entre as lideranças dessas comunidades e universidade para a formação de professores. Mas ,apenas investir numa melhor formação não é suficiente.

O MEC, no ano de 1999, realizou um censo escolar indígena específico, reunindo informações que permitem visualizar quem são os professores índios em atuação nas escolas indígenas em todo o país. Eles totalizam 3.059 professores, representando 76,5%. Os outros 939 professores são não-índios, representando 23,5%. Há diferenças marcantes entre as regiões: enquanto na Região Norte, os professores indígenas respondem por 82,7% do total, na Região Sul, que de fato nos interessa, são menos da metade dos docentes, correspondendo a 46,2%. No Nordeste, representam 78,1% do total, no Centro-Oeste são 73,6% e no Sudeste são 80,6%.

Os níveis de escolaridade desses professores apresenta grande heterogeneidade, cujas proporções se modificam de região para região e em cada estado. Em termos gerais, 28,2% dos professores indígenas ainda não completaram o Ensino Fundamental, 24,8% tem o Ensino Fundamental completo, 4,5% tem Ensino Médio completo, 23,4% tem Ensino Médio com magistério, 17,6% tem Ensino Médio com magistério indígena e apenas 1,5% tem Ensino Superior. Cada uma dessas situações exige uma resposta diferente, de modo a propiciar que o professor indígena complete sua escolarização básica e se qualifique por meio de uma formação específica para a atuação no magistério indígena. E, hoje, com a nova legislação, exige-se dele, como dos demais professores do país, a titulação em nível superior. Também, são minoria os professores negros. Os negros, aos poucos, estão conquistando seu espaço na universidade, nos cargos públicos, nas empresas privadas, no mundo artístico, na música, no esporte. Na verdade, um dos motivos pelos quais grande parte da população negra não consegue chegar à universidade é pelo fato do alto custo da formação acadêmica e da pesquisa científica.

A universidade, em parceria com as comunidades, poderia estimular a busca por capacitação profissional e política, mas, também, trabalhar questões concretas como geração de

renda, inserção no mercado de trabalho, acesso à cultura, à saúde, por meio de políticas públicas, resultará certamente em uma maior auto-estima, dignidade e cidadania para essas realidades.

2.3- ALTERNATIVAS PARA A REDE DE INTERCÂMBIO

Primeiramente, pode-se dizer que propor alternativas para a realização de uma rede de intercâmbio entre universidade e lideranças dos povos indígenas e comunidade negra, exigirá muito do grupo, pois um dos principais enfoques será o de ouvir as necessidades, os anseios, as angústias desses povos, a fim de ser uma das alternativas para colocar em prática um curso de formação.

A formação de professores para trabalhar com essas realidades é hoje um dos principais desafios e prioridades para a consolidação de uma educação escolar, pautada pelos princípios da diferença, da especificidade, da linguagem e da interculturalidade.

Essa formação específica é uma forte demanda não só dos professores índios e negros, mas, também, de suas comunidades que almejam uma educação qualificada para suas crianças, pois ainda está prevista na legislação que trata do direito dos índios a uma educação intercultural, diferenciada dos demais segmentos da população brasileira. Esta legislação prevê que os professores índios possam ter essa formação “em serviço”, paralelamente à sua atuação em sala de aula e concomitante à sua formação básica como o professor que trabalha com a realidade negra, conforme a Lei nº 10.639, de 20 dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, bem como a história da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro nas áreas social, econômica e política.

De modo geral, esses processos de formação almejam possibilitar que os professores que vão trabalhar com essas realidades indígenas e negras desenvolvam uma série de competências profissionais que lhes permitam atuar, de forma responsável e crítica, nos contextos nos quais estão inseridas essas comunidades. O professor deve atuar como mediador, procurando buscar estratégias para promover a interação dos diversos tipos de conhecimentos que se apresentam e se entrelaçam no processo escolar. Ou seja, de um lado, os conhecimentos tidos como universais, a que todo estudante, índio, negro ou não, deve ter acesso, e de outro, os conhecimentos étnicos,

próprios ao seu grupo étnico, que, se antes eram negados, hoje assumem importância crescente nos contextos escolares dessas comunidades.

Outra alternativa que poderia entrar em questão seria a de encaminhar propostas para a UNESCO, em parceria com MEC, para desenvolver o programa Diversidade na Universidade, não através de cursos pré-vestibular para negros e índios, mas sim um curso de qualificação, em níveis de 1º, 2ª e 3ª Graus. Também, entram em questão as políticas de ações afirmativas que oportunizem a igualdade.

Enfim, a rede de intercâmbio busca com isso alternativas que tangem políticas públicas de inclusão e valorização da diversidade, resguardando e garantindo direitos dessas comunidades.

REFERÊNCIAS:

ROSSATO, Ricardo. *Século XXI saberes em construção*. Passo Fundo:UPF,2002.

FREIRE, Paulo. *Política e Educação*. São Paulo: Cortez, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense, 1993.

UNESCO. *Conferência Mundial sobre Educação Superior*. Universidade Metodista de Piracicaba: UNIMEP, 1998.

BUENO, Silveira. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: FTD, 1996.